
A agenda escondida da diplomacia do ioga

O dia 14 de dezembro de 2014 entrou para a História como a data em que a Índia levou a sua paixão pelo ioga ao palco da política internacional. Na Assembleia-Geral da ONU, apresentou uma resolução aprovada por 175 Estados-membros, a instituir o Dia Internacional do ioga a cada 21 de junho. Ao fazê-lo, a Índia oficializou o ioga como instrumento de afirmação internacional. “Quando o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, subiu ao poder (em maio de 2014), tentou usar o ioga globalmente para afirmar o poder crescente da Índia, tal

como a China faz com os pandas”, diz ao Expresso o indiano Amit Singh, que antes de ser investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra foi professor de ioga durante anos. “Na ONU, quase nenhum país se opôs, porque o ioga existe em todo o lado e faz bem a toda a gente. O problema é a agenda escondida do Governo de Modi, a promoção do *hindutva*”, nacionalismo hindu, que tenta elevar o hinduísmo ao estatuto de religião superior da Índia. “E, infelizmente, o ioga faz parte disso.” Singh tem formação na área dos direitos

humanos e do multiculturalismo. “Direitos humanos e ioga são basicamente o mesmo.” Com essa sensibilidade, o indiano desconstrói a centralidade do ioga no projeto de Modi. “Ao promover o ioga no estrangeiro, tenta esconder o que se passa na Índia ao nível da violação dos direitos humanos de muçulmanos, da minoria cristã e de laicos”, acusa. “Acho que o ioga deve ser para toda a gente, mas não deve ser imposto. Modi tenta impô-lo nas mesquitas e escolas muçulmanas.” Depois, “vai ao estrangeiro e fala do exemplo de Gandhi”.